



A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO DOCENTE: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE MONITORIA DO CONTEÚDO CURRICULAR EDUCAÇÃO ESPECIAL.

Risonete Rodrigues da Silva¹; Ana Maria Tavares Duarte²

*Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste - UFPE/CAA. E-mail
caa@ufpe.br*

Resumo: O artigo apresentado descreve a situação particular do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste – UFPE/CAA, onde o conteúdo curricular Educação Especial é lecionado aos docentes em formação, com o objetivo de os preparar para o ensino de pessoas com deficiência. A educação inclusiva é a tônica principal deste artigo e o recurso a monitoria um meio para a atingir. Assim, este trabalho tem como objetivo possibilitar reflexões e trocar informações com os profissionais da docência, contribuindo no processo de construção e desenvolvimento do conhecimento, possibilitando, assim, a efetivação da inclusão de pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Docência, Educação Inclusiva, Monitoria.

Introdução

Este trabalho se trata de um relato de experiência que aborda a formação docente no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste – UFPE/CAA, a partir das experiências de monitoria no conteúdo curricular Educação Especial. O quadro curricular do Curso de Pedagogia tem, como obrigatório, o conteúdo curricular Educação Especial. Este conteúdo oportuniza aos docentes em formação o programa de monitoria, que visa o aperfeiçoamento do processo de formação e a melhoria da qualidade do ensino. Além disso, oportuniza o conhecimento de aspectos referentes à escolarização das pessoas com deficiência, bem como, as peculiaridades do processo de ensino e aprendizagem próprios a essa prática pedagógica.

¹ Mestranda no PPGEEM – Programa de Pós-Graduação em Educação, em Ciências e Matemática pela Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste – UFPE/CAA. Especialização em Educação Especial com ênfase em Deficiência Auditiva – Faculdade de Educação São Luís. Pedagoga pela UFPE/CAA. Integrante do Grupo de Pesquisa – CNPq – UFPE – Educação, Inclusão Social e Direitos Humanos. Integrante do Laboratório de Pesquisa em Políticas Públicas, Currículo e Docência (LAPPUC/CNPq). E-mail: risoneteprof@gmail.com.

² Prof^a Dr^a Adjunta na Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste – UFPE/CAA. Coordenadora do Grupo de Pesquisa – CNPq – UFPE – Educação, Inclusão Social e Direitos Humanos. E-mail: contato@cintedi.com.br



Desse modo, este trabalho tem como objetivo possibilitar reflexões e trocar informações com os profissionais da docência, contribuindo no processo de construção e desenvolvimento do conhecimento, possibilitando, assim, a efetivação da inclusão de pessoas com deficiência.

Através do programa de monitoria, o docente em formação começa a se familiarizar com as atribuições da docência universitária. Segundo Schneider (2006, p.65) “o trabalho de monitoria pretende contribuir com o desenvolvimento da competência pedagógica e auxiliar os acadêmicos na apreensão e produção do conhecimento”. Isso é possível porque o docente em formação tem oportunidade de auxiliar o docente em diversas atividades, contribuindo para sua formação acadêmica, profissional e pessoal. Entendendo-se que docência implica, além da técnica, dimensões afetivas, cognitivas, éticas e de desempenho.

Segundo a Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência no Art. 27

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todo os níveis e aprendizado ao longo de toda vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015)

Portanto, quando o estudante decide por uma graduação em licenciatura, precisa ter um olhar diferenciado à Educação Inclusiva. Pois, no contexto escolar independente do docente querer trabalhar com pessoas com deficiência ou de ter especialização em educação Especial, provavelmente ele terá um aluno quer seja, surdo, cadeirante ou cego. Pois, a educação é um direito garantido a todos independente de crença, etnia, religião ou limitações físicas.

A Docência no Estado de Pernambuco

No Estado de Pernambuco, Brasil, é comum os docentes em formação atuarem em sala de aula a partir do 3º período dos cursos de licenciaturas, principalmente os graduandos do Curso de Pedagogia e dos Cursos de Licenciatura em Matemática, Física, Química e Biologia. Devido a esta realidade, a qualidade do ensino/aprendizagem é algo que vem sendo discutido por diversos seguimentos.

Segundo Oliveira (2006) o principal desafio seria criar um “padrão de qualidade” para o ensino.

[...] se a legislação brasileira incorporou o conceito de qualidade do ensino a partir da Constituição Federal de 1988, essa incorporação não foi

suficientemente para estabelecer, de forma razoavelmente precisa, em que consistiria ou quais elementos integrariam o “padrão de qualidade” do ensino brasileiro, o que dificulta bastante o acionamento da justiça em caso de oferta de ensino com má qualidade. Afinal, como caracterizar um ensino com ou sem qualidade se não há parâmetros para o julgamento? (OLIVEIRA, 2006, p. 63)

Nesta perspectiva, é complexa a criação de parâmetros que defina o que seria um ensino de qualidade. Mas, há ações que podem contribuir de forma significativa para o processo de ensino e aprendizagem. Segundo Nóvoa (1992, p.9), “não há ensino de qualidade, nem reforma educativa, nem inovação pedagógica, sem uma adequada formação de professores”. O docente deve estar atento às solicitações verbais e não verbais de cada educando. Escutar sensivelmente cada gesto, dúvida e mudanças no comportamento individual e do grupo são requisitos necessários para alcançarmos um ensino e aprendizado mais humano, ético e significativo.

Nesta mesma direção Campos (2000) destaca que

A qualidade é um consenso socialmente construído. Depende do contexto, fundamenta-se em direitos, necessidades, demandas, conhecimentos e possibilidades que também são determinadas historicamente. Sendo, portanto, resultados de processos que, em uma sociedade democrática, supõem constantes negociações e contínuas revisões. (CAMPOS, 2000, p. 112)

Mas, para melhorar a qualidade de ensino, deve-se investir nos profissionais da docência. A desvalorização destes, no Brasil, é perceptível por sua baixa remuneração, falta de formação continuada e deficiência na infraestrutura das escolas. Estas limitações prejudicam a aplicação e o desenvolvimento de projetos, tecnologias e metodologias entre outros temas que são estudados nos conteúdos curriculares das Universidades.

Tais entraves aumentam quando se trata da Educação Inclusiva. Através das PPPs (prática de pesquisa pedagógica), realizadas nas escolas públicas na cidade de Caruaru – PE, podemos constatar que muitos docentes, principalmente os que exercem a profissão a muitos anos, não possuem formação adequada para atender aos alunos com deficiência. Este déficit na formação decorre da falta do conteúdo curricular Educação Especial, ou Inclusão Social, durante a graduação.

Educação Inclusiva

Atualmente a Educação Inclusiva ganhou destaque nos debates acadêmicos e em diversas áreas, mas não é raro ouvir e ver profissionais da área de educação, de saúde entre outras, refere-se a Educação Inclusiva como específica para pessoa com deficiência. Machado

(2009, p. 14) destaca que “a inclusão escolar leva em consideração a pluralidade das culturas, a complexidade das redes humanas. Não está limitada à inserção de alunos com deficiência nas redes regulares de ensino”. Mas, beneficia todos que estão excluídos das instituições de ensino, quer seja na educação infantil ou no ensino superior.

Na Constituição Federal (1988), a educação é direito de todos. Portanto, a escola tem a função de receber e ensinar todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais. Esta norma garantiu que as pessoas com necessidades educacionais especiais sejam matriculadas, preferencialmente, em escolas de ensino regular.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

A Educação Inclusiva tem como um de seus objetivos garantir acesso e permanência de pessoas com deficiências nas instituições educacionais. Essas garantias foram resultado de lutas sociais a fim de vencer a discriminação e defender os direitos daquelas pessoas. Diante de tal realidade, a UFPE/CAA tem, em seu quadro de profissionais, docentes voltados e especializados para ensinar aos futuros docentes como trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais.

Não podemos negar que alguns alunos, principalmente aqueles que tem certos tipos de deficiência, precisam de cuidado especial para que possam ter pleno acesso à educação. No entanto, tal não pode significar seu confinamento em uma sala/escola, longe dos demais. Ao contrário, deve-se oferecer subsídios para que os alunos com deficiência possam aprender conteúdos específicos concomitantemente ao ensino comum. (FÁVERO, 2004, p. 30).

Nesta mesma direção, Fazenda (1994, p. 63), ressalta que: “há necessidade de o professor apropriar-se do conhecimento científico, de saber organizá-lo e articulá-lo, de ter competência”. Essa competência deve estar impregnada de humildade, de simplicidade e de atitudes.

Professores que assimilam a inclusão como um valor e como um princípio, tomam essa premissa como básica e em vez de ficarem indiferentes às diferenças tratam de reconhecê-las e de identificar as necessidades de todos e de cada um para ajustar sua prática pedagógica centrando-a na aprendizagem e não no ensino. (CARVALHO, 2009, p. 44)

É de suma importância que o professor dê ênfase a aprendizagem e não só na transmissão de conteúdo, independente que seja aluno com ou sem deficiência. Pois, quando o

(83) 3322.3222

docente centralizar o processo educacional na aprendizagem, ele rever suas atitudes e metodologias. É necessário enxergar o outro, construir com ele o alicerce do conhecimento, não só para servir a sociedade, mas para enaltecer a vida.

Monitoria

O Programa de Monitoria é um espaço de aprendizagem proporcionado aos alunos dos cursos de graduação, visando o aperfeiçoamento do seu processo de formação e a melhoria da qualidade do ensino. Os candidatos à seleção de monitoria devem estar regularmente matriculados e cursando disciplinas em curso de graduação da UFPE, além de terem cursado e obtido aprovação na disciplina ou equivalente a que se refira à monitoria. No caso de ter tido reprovação em qualquer disciplina, essa já deve ter sido recuperada antes da inscrição.

Segundo o Proacad (Edital nº 01/ 2016), são atribuições do monitor: executar o plano de atividades apresentado pelo professor orientador e cumprir uma carga horária semanal de 12 horas; participar das atividades organizadas pela coordenação de monitoria do Departamento/Área/Núcleo; apresentar, no final de cada período de monitoria, relatório final das atividades desenvolvidas para o professor orientador. A entrega do referido relatório é imprescindível para a concessão do certificado de monitoria e validação dos créditos de atividades complementares.

O monitor pode ser voluntário ou receber uma bolsa de monitoria. A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394/96) legitima a importância da atividade de monitoria na formação dos discentes no ensino superior. Segundo a LDB - artigo 84, “Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisas pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos”. Assim, a monitoria propicia uma formação mais ampla, além de possibilitar uma vivência com os discentes em formação e com o docente universitário. Portanto, o monitor aprimora sua formação com um novo olhar sobre a realidade da docência universitária e a do docente em formação.

Resultados e Discussão

Durante o período de monitoria, podemos observar que os docentes em formação do curso de Pedagogia, já estavam atuando nas escolas como docentes no Ensino Infantil e no Ensino

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

Fundamental dos Anos Iniciais. Esses docentes em formação encontravam em suas salas de aula crianças com deficiência. E, por estarem ainda em formação, não sabiam lidar com essas crianças.

Nesta direção Machado (2009, p. 95) pontua que mesmos, os professores com mais experiência em sala, necessita de espaços para discutir as práticas pedagógicas. E a formação continuada um caminho, pois possibilita “promover, entre os professores, discussões sobre a aprendizagem de alunos com deficiência e também sobre novas maneiras de ensinar e de encarar os diferentes caminhos da aprendizagem”. É certo que a inclusão de pessoas com deficiência, em sala de aula de ensino regular é uma realidade o que inquieta o professor em formação a buscar mais conhecimentos, que venha contribuir para o ensino e aprendizagem desses alunos.

Assim, as aulas de Educação Especial são de grande importância para os docentes em formação, pois, através deste conteúdo curricular, podemos trabalhar com tecnologia assistiva, materiais didáticos adaptados, filmes e documentários, sempre ancorados textos de teóricos renomados na área. Também são convidados palestrantes com necessidades educacionais especiais. Nestas palestras os convidados palestrantes falam sobre suas conquistas, lutas e entraves encontrados no período escolar.

No CAA, em 2016, havia apenas duas pessoas com necessidades educacionais especiais, sendo um cadeirante que estuda Economia e um aluno com paralisia cerebral que estuda Administração. Com a inclusão desses dois alunos, podemos identificar a falta de acessibilidade quando à estrutura física da instituição e o preconceito por parte de muitos universitários.

Através das atividades de monitoria pudemos idealizar e realizar oficinas, com apoio dos integrantes do NACE (Núcleo de acessibilidade da UFPE-CAA), que tem por finalidade atender aos discentes, docentes e técnicos-administrativos em educação com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e transtorno funcional específico da aprendizagem.

Nestas oficinas, os universitários de vários cursos puderam participar de uma oficina intitulada “E se fosse você?”. Na qual, os estudantes eram convidados a andar de cadeira de rodas, andar vendados e passar por outras situações que simulavam a realidade cotidiana de pessoas cegas, cadeirantes e com outras necessidades educacionais especiais. Desta forma, os docentes em formação tiveram a oportunidade de vivenciar os vários obstáculos, barreiras encontradas no cotidiano de uma pessoa com necessidades especiais.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015 traz no art. 3ª IV- Barreiras:

qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informática, à compreensão, à circulação com segurança. (BRASIL, 2015)

Através da oficina acima mencionada, pudemos abordar os diversos tipos de barreiras. Como a barreira urbanística, arquitetônica, nos transportes, nas comunicações, as atitudinais. Ainda, como atividade idealizada e efetivada pela monitoria, foi realizada uma peça de teatro com o tema “o casamento inclusivo”. Esta teve como personagem principal um aluno do curso de economia que é cadeirante, devido a poliomielite adquirida aos 2 anos de idade. Esta peça foi realizada nas dependências da universidade, no período de festas de São João.

Assim, tratamos da barreira atitudinal que se revela através do preconceito, discriminação e bullying que as pessoas com deficiência sofrem no cotidiano. Para Freire (2000, p. 15), “a transposição de barreiras do alunado na condição de emancipá-lo estimulando sua criticidade seria o caminho de um processo de inclusão”. Infelizmente o preconceito é uma realidade e, também, está presente nas instituições de ensino. Tornando a escola o ambiente que deveria ser acolhedor e inclusivo, muitas vezes, um lugar excludente.

A escola, como espaço excludente que tem sido, aparece com constatação de lamentáveis consequências. Examinando as causas, concluímos que são complexas e se devem a vários fatores, alguns de natureza política, outros decorrentes da cultura e ainda outros devido à natureza das práticas pedagógicas que estão em uso. Mas todos representam barreiras para a aprendizagem e para a participação que, espera-se, sejam removidas com a proposta da educação inclusiva. (CARVALHO, 2009, p. 43)

Em razão do programa de monitoria pudemos constatar que aumentou o interesse dos discentes em pesquisar a inclusão social de deficientes. Também aumentou o interesse, por parte dos alunos, em participar da seleção para discente-monitor. Igualmente, houve a melhoria na interação entre o aluno cadeirante do curso de economia com alunos de outros cursos no Centro Acadêmico do Agreste (CAA). O citado aluno passou a receber vários convites para fazer palestras contando sua experiência de ser o primeiro aluno cadeirante da UFPE/CAA.

Assim, a monitoria possibilitou um olhar diferenciado quanto à educação inclusiva, verificando como os docentes em formação poderão se posicionar frente aos novos desafios que a docência apresenta no cotidiano da sala de aula. Os docentes em formação poderão, por exemplo, variar a forma como apresentam os assuntos, sendo mais flexíveis em relação ao

tempo do ensino e às expectativas, além de traçar metas de aprendizagens individuais, sem subestimar ninguém.

Considerações finais

Ante o exposto, concluímos que o programa de monitoria contribui para a atuação dos docentes em formação, que trabalham nas instituições escolares como docentes regentes, substitutos ou estagiários. Portanto, investir na formação do docente é fundamental para que a escola consiga alcançar melhores resultados. Este investimento possibilita que o docente possa adotar em sua prática cotidiana uma postura e métodos que venham a auxiliar no ensino/aprendizagens de seus discentes, com ou sem necessidades educacionais especiais.

A escola é um lugar onde os sujeitos aprendem a conviver em sociedade. Todos são capazes de aprender, cada um a seu tempo. Os docentes e toda comunidade escolar devem buscar os melhores métodos para atender às especificidades de seus discentes. Concluímos, desse modo, que o programa de monitoria ofertado pela Universidade Federal de Pernambuco foi um recurso significativo para que os docentes em formação despertassem um olhar reflexivo para a educação inclusiva, olhar este, que resultou em vários artigos publicados e TCCs (Trabalho de Conclusão de Curso), todos voltados à temática da Educação Inclusiva para pessoas com deficiência.

Referências

BRASIL (1988). Congresso nacional, **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, Centro Gráfico.

_____. **Estatuto da pessoa com deficiência** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 65 p. Conteúdo: Lei nº 13.146/2015.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB. Lei Nº 9.394/1996. Fazenda, I. C. A. (org.) (1994). *Práticas interdisciplinares na escola* (2ª ed.) São Paulo: Cortez.

CAMPOS, M.M. A qualidade da educação em debate: **Cadernos do Observatórios**: a educação brasileira na década de 90. São Paulo. Campanha Nacional pelo Direito à Educação, n. 2, p. 47-70, out.2000.

CARVALHO. Rosita Edler. **A escola inclusiva como a que remove barreiras para a aprendizagem e para a participação de todos**. Construindo as trilhas para a inclusão /Marcio Gomes, (organizador). – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FÁVERO, Eugenia A.G. **Direito à educação das pessoas com deficiência.** In: Revista de Estudo Jurídicos, Brasília, n. 26, jul./set.2004.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 24.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

MACHADO, Rosângela. **Educação Especial na Escola Inclusiva:** políticas, paradigmas e práticas. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NÓVOA, A. (1992). **Formação de professores.** Em A. Nóvoa, *Vidas de professores.* Portugal: Porto.

OLIVEIRA, R. P. **Estado e política educacional no Brasil:** desafios do século XXI. 2006. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SCHNEIDER, M. S. P. S. (2006). **Monitoria:** instrumento para trabalho com a diversidade de conhecimento em sala de aula. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*, 5ª Ed.v. Mensal, p. 65.

UFPE – **Regimento Geral.** Disponível em <http://www.ufpe.br> Acesso e, 15/dez/2016

_____ **Programa institucional de Monitoria** - Edital N° 01/2016. Disponível em <https://www.ufpe.br/proacad/images/apoio_academico/monitoria/edital%2001%20monitoria%202016.pdf > Acesso em 15/dez/2016.